

Exma. Senhora
Dr.ª Marina Gonçalves
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário
de Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
2822	19-07-2018		

ASSUNTO: Pergunta n.º 3063/XIII/3.ª, de 19 de julho de 2018 - CDS-PP
Agravamento das consequências da descarga de efluentes do “Intersector Sul”
(Cantanhede/Mira)

Cara Marina Gonçalves,

Em resposta à Pergunta n.º 3063/XIII/3.ª, de 19 de julho de 2018, formulada pela Senhora Deputada Ana Rita Bessa, e pelos Senhores Deputados Filipe Anacoreta, João Pinho de Almeida, António Carlos Monteiro e Álvaro Castello-Branco, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética de transmitir seguinte:

1 - Qual o ponto de situação do alegado diagnóstico que está a ser feito pela Águas do Centro Litoral (AdCL) sobre o problema em causa?

A entidade gestora, Águas do Centro Litoral, S. A. (AdCL), encontra-se a realizar um diagnóstico detalhado sobre a situação presente, nomeadamente sobre as afluências aos sistemas de drenagem “em alta” e “em baixa”. Foram identificadas possíveis soluções adicionais a implementar a curto prazo, que permitem minimizar eventuais descargas de emergência, enquanto a remodelação geral do sistema (em alta e em baixa) não estiver concluída. Prevê-se que as conclusões do mesmo sejam apresentadas ainda durante o presente ano.

2 - Dadas as afirmações da AdCL, que diz serem difíceis as negociações com os municípios envolvidos, e os próprios autarcas que afirmam «estar a “perder a paciência” para a falta resolução do problema», admitindo mesmo «recorrer à justiça», o que é que está a impedir que seja encontrada uma solução rápida para o problema?

O dimensionamento do Intercetor Sul foi realizado em estreita colaboração com os Municípios de Mira e Cantanhede, considerando as indicações destes Municípios quanto à população a servir e ao volume dos caudais a tratar.

À medida que as redes em baixa (dos Municípios) se foram ligando ao referido intercetor, verificou-se que os caudais afluentes eram muito superiores aos esperados, excedendo largamente os caudais de projeto, não existindo correlação entre a população servida e os caudais afluentes ao emissário em causa.

Nos territórios dos municípios de Mira e Cantanhede é patente a existência de infiltrações de volumes apreciáveis na rede em baixa. Ambos os Municípios têm vindo a realizar alguns investimentos quer na extensão de redes, quer no sentido de minimizar as afluências indevidas, processo moroso e com cronologia não compatível com a necessidade urgente de resolver os problemas que esses excessos de caudal têm provocado.

Esta situação, no caso do presente território, assume maiores proporções porque genericamente é arenoso e, portanto, muito permeável, sendo os níveis freáticos muito elevados em quase todo o ano, situação que se agrava no tempo das chuvas.

As descargas de emergência, anteriormente verificadas nas infraestruturas da AdCL em Cantanhede e Mira, são descargas parciais, no volume que excede a capacidade de bombagem das estações elevatórias. A Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA) tem promovido várias ações de acompanhamento, nomeadamente reuniões e visitas aos locais, com as entidades responsáveis pelos sistemas e com os proprietários mais afetados, no sentido de solucionar as questões originadas pelas descargas dos descarregadores de emergência das Estações Elevatórias (EE), associadas ao Intercetor Sul do Sistema de Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro, nomeadamente da EE de Cochadas.

A APA e o Grupo Águas de Portugal têm acompanhado a implementação de medidas por parte da AdCL, com vista a minimizar os problemas associados às referidas descargas. Das ações já concluídas, resultou um aumento da capacidade de bombagem do sistema elevatório em cerca de 20% (limite máximo possível) e a deslocalização da descarga de emergência da referida EE.

Face a um melhor diagnóstico das causas e à implementação de algumas medidas corretivas, tem sido constatada a diminuição da frequência do funcionamento dos descarregadores de emergência aquando da afluência de caudais de infiltração do sistema em baixa.



3 - Que tipo de acompanhamento e/ou supervisão estão a ser feitos junto da concessionária para que efetivamente seja cumprido o prazo de três meses, dado pelo Senhor Secretário de Estado do Ambiente, para encontrar uma solução?

No sentido de identificar soluções mais adequadas para a situação ambiental em causa, e tendo em conta a responsabilidade acrescida de, na qualidade de Concedente, assumir poderes de fiscalização da atividade da AdCL, nos termos do Contrato de Concessão celebrado entre o Estado Português e esta empresa, o Secretário de Estado do Ambiente decidiu pela criação de um Grupo de Trabalho com vista à avaliação pluridisciplinar da situação.

4 - Que tipo de fiscalização está a ser feita no local pelas autoridades competentes? Com que frequência? Com que resultados?

A APA tem acompanhado todo o processo, promovido várias visitas ao local e realizado campanhas de monitorização da qualidade da água da massa de água - Vala Real - em vários pontos, desde montante das EE do sistema gerido pela AdCL até à entrada da Barrinha de Mira.

Da análise dos resultados obtidos nas campanhas efetuadas em 2018, em época de chuva, a APA constatou que a qualidade da água já se encontrava bastante degradada a montante dos primeiros pontos monitorizados. Com a entrada em carga da EE das Cochadas, embora se verifique um agravamento pontual, a massa de água tem conseguido, num troço bastante curto, recuperar a qualidade para os valores próximos aos de montante.

Pela ação de fiscalização realizada em julho, a APA verificou ter ocorrido uma boa recuperação das linhas de água próximas, nos concelhos de Cantanhede e de Mira.

5 - Dado o perigo que pode representar, está a situação a ser acompanhada pelas autoridades de Saúde Pública e em colaboração com o Ministério da Saúde?

6 - À margem das medidas provisórias anunciadas, e que claramente não resolveram o problema que se agrava de dia para dia, que medidas estão previstas para ressarcir os empresários da região - dos distritos de Coimbra e Aveiro - que, nos vários setores, estão a ser gravemente prejudicados com esta situação?

Conforme suprarreferido, a APA tem acompanhado o processo, tendo-se já verificado uma boa recuperação das linhas de água.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO
DO AMBIENTE E DA
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Por outro lado, aguardam-se os resultados do referido Grupo de Trabalho para se definirem as ações a implementar a curto-prazo.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*

A Chefe do Gabinete

Ana Cisa

CG/JP